



Índice

- 01** [Índios liberam rodovias, mas prometem retomar interdição da BR-060](#)
- 02** [Ministro defende reparação a pequenos agricultores como solução para disputa por terras indígenas](#)
- 03** [Aos índios brasileiros terra ou dignidade?, por Glauber Silveira](#)
- 04** [Índios dizem ter ocupado mais de 200 fazendas em área de conflito na BA](#)
- 05** [Confusão marca encontro de indígenas com governos estadual e federal](#)
- 06** [Índios ocupam propriedades rurais no Paraná e em Minas Gerais](#)
- 07** [No Desfile Cívico Indígena, o Guerreiro Oziel Gabriel foi lembrado com tristeza e saudade](#)
- 08** [A ditadura anti-indígena no Congresso](#)
- 09** [Debate sobre efetivação de direitos marca o último dia do encontro de professores indígenas e quilombolas de Pernambuco](#)
- 10** [Prefeitura de Dourados entrega 6 camionetes para saúde indígena](#)





Índios liberam rodovias, mas prometem retomar interdição da BR-060
SÍTIO REGIÃO NEWS, 04.09.2013

Eles avaliam que passar a prerrogativa das demarcações para o parlamento vai beneficiar apenas os ruralistas.

Os índios liberaram, após cinco horas, as rodovias federais que estavam bloqueados desde às 8h desta segunda-feira. Os terenas protestam contra a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que tira o poder de demarcação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

O bloqueio começou na BR-262, na altura do quilômetro 528, em Aquidauana. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, eles bloquearam a via às 7h30 e liberaram às 8h. Depois, mantiveram a interdição das 9h às 12h.

Em outro trecho, da BR-060, os terenas bloquearam entre Anastácio e Nioaque das 8h às 13h20 de hoje. Eles liberaram a via, mas prometem retomar o protesto ainda hoje. No entanto, segundo a PRF, apesar da promessa ter sido a retomada do bloqueio às 14h, o tráfego segue normal na via.

Os índios são contra a instituição de Comissão Especial do Congresso Nacional que analisará a proposta. Eles avaliam que passar a prerrogativa das demarcações para o parlamento vai beneficiar apenas os ruralistas.



Ministro defende reparação a pequenos agricultores como solução para disputa por terras indígenas

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 04.09.2013

Colonos já rejeitaram deixar terras compradas da União

No Rio Grande do Sul, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, apontou hoje que a solução para resolver a disputa de terras que envolve indígenas e pequenos agricultores é a reparação de danos aos trabalhadores do campo. Apesar de sugerir a sequência das demarcações de terras dos índios, o ministro afirmou que a solução definitiva não vai ocorrer no curto prazo.

“Entendemos que o único jeito de resolver a situação é nós dialogarmos para que possamos fazer a reparação de danos daqueles que, de boa fé, com titulação, cultivaram essas terras nas últimas dezenas ou centenas de anos. Então não há saída a não ser o diálogo e a reparação dos direitos. Agora, não é um trabalho que possa ser feito de hoje para amanhã”, garantiu Gilberto Carvalho, após reunião no Palácio Piratini, no fim dessa manhã.

A declaração do ministro vai contra os interesses dos pequenos agricultores, que já rejeitaram qualquer possibilidade de deixar as terras, compradas desde o século 19. Entretanto, com base na Constituição Federal, as terras de ocupação tradicional dos povos indígenas devem ser demarcadas para permitir o retorno desses grupos aos locais de onde foram expulsos.

O caminho apontado pelo ministro é o mesmo do procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Julio Carlos Schwonke de Castro Júnior, que garante que não há possibilidade jurídica de os índios não retomarem às terras originais.

O tema volta à tona no Estado após as últimas manifestações de índios pedindo celeridade na demarcação das terras, enquanto os colonos pedem a paralisação dos processos por parte da Funai.



Aos índios brasileiros terra ou dignidade?, por Glauber Silveira
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 04.09.2013

Depois de participar de tantos fóruns para debater a questão indígena no Brasil, mais uma vez, fica claro que a FUNAI, as Organizações não Governamentais e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - órgão ligado à igreja Católica, estão longe de representar o que realmente a maioria dos índios deseja. O problema da etnia não é a quantidade de terra, pois, ela por si só não resgata a cultura dessa população. Mas, fica claro, quando o próprio índio se manifesta nestes debates ele diz que o que ele quer é dignidade.

As áreas já demarcadas em reservas indígenas, atualmente, correspondem a 13% do território nacional. Por outro lado, a FUNAI afirma que são necessárias as ampliações das reservas - indo para 24% do território nacional. Segundo a mesma, aumentando as terras da etnia, os índios terão mais dignidade e vão tirar das propriedades o seu sustento. Entretanto, os indígenas afirmam que querem outros direitos como o de progredir, comer bem e estudar. Talvez fosse interessante a FUNAI questioná-los, perguntar aos índios o que eles realmente desejam.

Agora o que não dá para aceitar é ver os índios serem manipulados de forma absurda como está acontecendo no Brasil. Quando percorremos as reservas indígenas, reparamos o retrato da pobreza: índios escravizados em suas reservas e em situações desumanas. Desta forma, o que se percebe é que nas reservas demarcadas pelo governo, o índio é entregue a própria sorte. É como se ao receber a terra ou ampliar a sua reserva ficasse garantido à etnia títulos de prosperidade e de dignidade.

Pude ouvir de representantes do CIMI que eles têm foco nos latifúndios improdutivos. Na verdade, o maior latifúndio improdutivo do mundo são as reservas indígenas brasileiras, pois elas não conseguem produzir nada. Milhões de hectares, onde os índios dependem de uma cesta básica do governo para sobreviver. Assim o que vemos é: indígenas mendigando por terras para sobreviver nas cidades ou nas fazendas vizinhas.

O Conselho Indigenista Missionário diz que quer preservar o direito dos índios, mas é muito estranho ver a igreja Católica lutando pela desapropriação de terras de pequenos agricultores - como se apenas índios tivessem o direito garantido no Brasil. Todos brasileiros são originários de diversas etnias, formando um só país, assim, sejam índios ou não índios somos todos colonizadores do Brasil.

Entendo o quanto este assunto é polêmico, mas o grande problema no Brasil é a incapacidade do governo de resolver estas questões conflitantes, seja na área ambiental, indígena ou trabalhista. É triste ver a incapacidade do Governo normatizar e colocar um ponto final nas questões conflitantes. Esses problemas fazem com que o Brasil perca muito, e o que é pior, o governo demonstra não saber o que quer. E, infelizmente, sua omissão vai gerar e tem gerado tragédias no campo.

CONT.



Agora, é preciso que se respondam algumas questões: Hoje, a sociedade brasileira está pronta para abrir mão de grande parte de suas terras produtivas? O Brasil pode reduzir sua produção agrícola ou no mínimo não crescer? Qual o limite de área necessário a um índio? O que os índios realmente querem? A terra é significado de preservação de cultura? Não temos todas essas respostas, mas comparando a situação brasileira com a de países ditos desenvolvidos, os índios no exterior têm o direito de preservarem seus cemitérios, seus sítios arqueológicos. Porém, sem dúvida eles são incentivados a explorarem suas terras e a estudar. Nos EUA os índios vivem com dignidade e são orgulhosos de sua tradição, assim como os brasileiros nordestinos e gaúchos, por exemplo. Acredito que as tradições e culturas fortalecem a nação e elas jamais serão sinônimas de ignorância e de pobreza.

Se formos demarcar as terras onde os índios viviam, acredito que teríamos que desocupar o Brasil. Inclusive, no segundo Fórum do Projeto Soja Brasil 2013, que aconteceu em Esteio (RS), o representante da FUNAI no estado, foi questionado se ele tinha casa própria, ele respondeu que sim. Depois, indagaram-no se ele sabia se a sua casa estava ou não em uma área de reserva indígena e ele respondeu que não sabia. Desta forma, concluímos que o bom lote dele não era dos índios, mas o resto do Brasil sim.

Eu como Brasileiro, fico indignado ao ver a incapacidade do estado de ser soberano. Produtores são subjugados por interesses internacionais revestidos por interesses e ideologias de ONGs, do CIMI e da FUNAI. A sociedade brasileira intrusa e estrangeira está manipulada por um falso protecionismo aos índios, e esses que na verdade querem é ser brasileiros e terem direito à dignidade e ao progresso. E, se você quiser entender o que digo, basta ir numa tribo e perguntar aos índios o que eles querem, mas detalhe, não adianta ir levado por ONGs.

Fonte: Aprosoja Brasil



Índios dizem ter ocupado mais de 200 fazendas em área de conflito na BA
SÍTIO OLHAR DIRETO, 04.09.2013

Mais de 200 fazendas já foram ocupadas por índios tupinambás, numa área de 47,3 mil hectares que eles dizem ser indígena, situada entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia. A informação foi dada nesta quarta-feira pelo cacique Val Tupinambá. Os índios querem a publicação da portaria declaratória, por parte do Ministério da Justiça, da demarcação feita em 2007 pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Polícia Federal (PF) em Ilhéus informou que diversos fazendeiros da região estão na sede da delegacia nesta quarta-feira para prestar queixa das invasões, que os índios chamam de "retomada".

A PF investiga também a autoria da morte do índio Edmilson, encontrado baleado por oito tiros na manhã de terça numa área de retomada entre as comunidades Vila Brasil e Santana, em Una. Lideranças indígenas informaram que o corpo do índio, de 30 anos, será levado nesta quarta para Porto Seguro. Não foi confirmado se ele pertence à etnia tupinambá ou pataxó, do extremo sul baiano.

Outra investigação da PF é sobre quem deu o tiro que atingiu o funcionário de uma fazenda, na segunda, durante uma ocupação indígena na Fazenda São Pedro, em Ilhéus. Adailton Carmo dos Santos, 55 anos, foi baleado nas costas por uma bala de espingarda e está internado no Hospital de Base, em Itabuna, sem risco de morrer, mas com a possibilidade de ficar paraplégico.

O Terra tentou falar com o chefe da Funai em Ilhéus, Miguel Pereira Silva, nesta quarta-feira, mas uma funcionária do órgão informou que ele estava em diligência com a PF na área de conflito entre índios e fazendeiros.

Os conflitos entre tupinambás e fazendeiros, que vêm ocorrendo há um mês na região, já deixaram também oito casas e quatro carros incendiados e prédios públicos e privados depredados e saqueados. Pelo menos 13 pessoas envolvidas nos atos de vandalismo foram presas.

O presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ilhéus, Una e Buerarema, Luiz Henrique Uaquim da Silva, disse que os fazendeiros querem a anulação da demarcação feita em 2007. Na área reivindicada pelos índios há cerca de 600 propriedades.

"Nos reunimos com o governador Jaques Wagner esta semana e ele prometeu levar nossa demanda ao Ministério da Justiça. Essa demarcação da Funai é fraudulenta", declarou, minimizando a quantidade de fazendas ocupadas pelos índios: "pelo que sei, são umas 60 invasões".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2013

Brasília, 05 de setembro de 2013.

Segundo ele, por causa das invasões, ao menos 150 famílias estão desabrigadas. Cerca de 100 pessoas estão acampadas há três semanas na praça em frente a prefeitura de Buerarema, em busca de solução.

O clima está tenso na região, sobretudo em Buerarema, onde a Força Nacional de Segurança e a PF têm intensificado as rondas, principalmente na zona rural, junto com as polícias Militar e Civil, que estão com as equipes reforçadas.



Confusão marca encontro de indígenas com governos estadual e federal

SÍTIO CORREIO DO POVO, 04.09.2013

Chefe de gabinete do governador foi cercado ao deixar a reunião

O término da reunião entre a comunidade indígena, das etnias Caingangue e Guarani, e quilombolas com representantes dos governos federal e estadual pode ter sido uma prévia do que ocorrerá se a questão de demarcação das terras não for resolvida até o início do mês que vem. O encontro terminou em confusão, quando o chefe de gabinete do governador, Ricardo Zamora, saía do prédio do MPF, no final da tarde desta quarta, na rua sete de setembro, no Centro. Do lado de fora do prédio, um grupo de índios com lanças e arco e flechas, e de outros movimentos sociais aguardavam o término das negociações e o seu resultado.

Quando ia pisar na calçada, Zamora foi cercado, com alguns indígenas lhe apontando as lanças e um deles, chegou a simular que lançaria uma flecha. O secretário-chefe teve de retornar para dentro do prédio e as cortinas de ferro foram abaixadas, pois algumas pessoas batiam com força no vidro das portas. Caciques, que estavam na reunião, acalmaram os ânimos e levaram o grupo para outro ponto.

Antes do incidente, o chefe de gabinete considerava ter ocorrido avanços na questão, apesar de a demarcação de terras ser responsabilidade da União. Ficou decidido constituir uma mesa de trabalho com representantes da Funai, MPF e indígenas, na busca de um acordo. "Os índios apresentaram uma pauta de reivindicações", disse Zamora. "Eles querem que até 2 de outubro algumas questões já tenham solução, para que façamos uma nova reunião no dia 7."

O cacique Valdomiro Vergueiro, do Morro do Osso, não demonstrava tanto otimismo. Segundo ele, o governo do Estado oferece terras, mas não deixa claro se são para os indígenas ou para os colonos. O cacique foi enfático em afirmar que "se até 7 de outubro não for homologada a demarcação das terras, eles irão agir. "Se não tivermos sinal de que vamos ter nossas terras demarcadas, vamos nós demarcar", ameaçou. "E aí, vamos tirar os colonos das terras que são nossas", afirmou.



Índios ocupam propriedades rurais no Paraná e em Minas Gerais

SÍTIO SISTEMA FAEMGE, 04.09.2013

Agência Brasil

Cerca de 20 índios awá-guaranis ocuparam ontem (03/09/13), durante algumas horas, uma propriedade rural de Guaíra (PR), na fronteira com o Paraguai. A manifestação teve o intuito de exigir melhorias na Aldeia Tekohá Mirim, como o fornecimento de água e de energia elétrica, e a construção de uma escola em substituição à que foi derrubada por uma ventania no primeiro semestre deste ano.

Segundo a assessoria da prefeitura, a Tekohá Mirim é uma das oito aldeias existentes em Guaíra, onde antropólogos contratados pela Funai (Fundação Nacional do Índio) fazem estudos antropológicos para identificar e delimitar uma área que os awá-guaranis dizem ter pertencido aos seus antepassados. A criação da reserva é uma reivindicação dos índios.

Segundo o tenente Daniel Zambon, responsável pelo quartel da Polícia Militar na cidade, em alguns momentos o clima ficou tenso. Com a chegada de diversos produtores rurais, índios de outras aldeias se juntaram ao grupo que ocupava a fazenda. Representantes da prefeitura, do MPF (Ministério Público Federal) e da Funai foram ao local para mediar o conflito e negociar a desocupação da propriedade. De acordo com o tenente, nenhum ato de violência foi registrado.

O secretário de administração da prefeitura, João Fernando Grecillo, acompanhou os representantes da prefeitura, do Ministério Público Federal e da Funai que negociaram a desocupação da propriedade. De acordo com ele, os índios deixaram o local após as autoridades se comprometerem a fazer, em breve, uma reunião para discutir o atendimento a algumas das reivindicações indígenas. A intenção da prefeitura é tentar fazer a reunião hoje (04/09).

Há três meses, ao visitar a aldeia, procuradores da República, técnicos da Funai e um delegado da PF (Polícia Federal) constataram que cerca de 70 pessoas, ou 20 famílias, vivem na Aldeia Tekohá Mirim. As crianças somam cerca de um terço da população local. Segundo o relatório da visita divulgado pela Procuradoria da República na cidade, o fornecimento de água potável é a necessidade mais emergencial da comunidade, que consome água de rio muitas vezes barrenta.

Ainda de acordo com o documento da procuradoria, o cacique Arnaldo Dias informou ao grupo de autoridades que a aldeia não recebia a visita de agentes de saúde e de policiais e que só em casos de emergência funcionários da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) vão à aldeia.

Índios xacriabás ocupam fazenda em Minas Gerais e cobram demarcação de terra

CONT.



Cerca de 500 índios xacriabás, entre homens e mulheres, ocupam, desde a tarde do dia 1º de setembro, uma fazenda em Itacarambi, no norte de Minas Gerais, alegando que a propriedade está no interior da área que pertenceu ao seu povo e cobram que o governo conclua o processo de demarcação de uma nova área indígena, que se somará às duas já existentes na região.

Segundo a PM (Polícia Militar), não houve, até o momento, registro de confrontos ou de agressões físicas. De acordo com o sargento Flávio Alexandre Chaves, que comandou a equipe da PM que atendeu a ocorrência na manhã do dia 2 de setembro, os donos da Fazenda São Judas Tadeu firmaram acordo com os índios que se comprometeram a garantir a integridade física dos oito funcionários que estavam no local e a não danificar a fazenda e as instalações. A Fundação Nacional do Índio, contudo, diz que os índios foram ameaçados e que um boletim de ocorrência chegou a ser registrado pela PM mineira.

O sargento informou que a fazenda fica na Comunidade de Vargem Grande, a 36 quilômetros da sede de Itacarambi. Os índios chegaram ao local por volta das 13 horas do dia 1º, mas os fazendeiros só acionaram a PM na manhã do dia seguinte. Uma equipe da polícia esteve no local, mas como a ocupação já havia ocorrido, deixou a área.

"Provavelmente, a Polícia Federal agora é que vai ter que intervir. Não há mais o que a PM possa fazer nesse caso, se não acompanhar o desenrolar dos fatos", acrescentou o sargento à Agência Brasil, lembrando que ocorrências envolvendo índios ou registradas no interior de terras indígenas são de competência da PF.

O conflito entre índios e fazendeiros do norte de Minas Gerais por disputa de terras se estende há vários anos. Parte da terra Xacriabá foi homologada em julho de 1987, por meio do Decreto Presidencial 94.608, publicado cinco meses após o assassinato de três lideranças xacriabás por pistoleiros que invadiram a aldeia indígena. O decreto ratificou o aval da Funai, que havia reconhecido a área como "de posse imemorial do grupo xacriabá", que ocupa "áreas do município de Itacarambi ao menos desde o século 18".

Atualmente, segundo a Funai, há duas terras indígenas já regularizadas na região: a Xacriabá, com 46.416 hectares, e a Xacriabá Rancharia, com 6.798 hectares. Os xacriabás, no entanto, ainda reivindicam a regularização de uma nova área. Em 2007, a Funai inicia novos estudos para identificação e delimitação da área. De acordo com a assessoria da fundação, vinculada ao Ministério da Justiça, o relatório de identificação e delimitação da área foi previamente aprovado pela Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Funai. A expectativa do órgão é que, em breve, o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação seja publicado no Diário Oficial da União.

A publicação do resumo, com as conclusões dos antropólogos contratados pela Funai para certificar se a área reivindicada é terra tradicional indígena, é a segunda etapa do processo de criação de uma reserva indígena. Depois da divulgação, é necessário que o Ministério da Justiça publique portaria reconhecendo a área como terra tradicional indígena. A última etapa do processo é a homologação pela Presidência da República.

No Desfile Cívico Indígena, o Guerreiro Oziel Gabriel foi lembrado com tristeza e saudade

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 05.09.2013

O Guerreiro que foi morto no confronto com a PF em 30 de maio foi lembrado pelos irmãos indígenas.



"O guerreiro Oziel Gabriel de 36 anos, será eternamente lembrado pelos povos indígenas, pois através de tamanha perda, foi mudado o rumo das negociações de nossas terras"

No dia 30 de maio, o índio Oziel Gabriel, de 36 anos, morreu após cumprimento de um mandado de reintegração de posse na Fazenda Buriti. Houve confronto entre indígenas e policiais e o Guerreiro Oziel foi morto covardemente por um tiro disparado no confronto com a PF.

E na quarta-feira(04), em comemoração ao dia da Independência do Brasil seus irmãos indígenas orgulhosamente lembraram-se do seu ente querido que perdeu a vida lutando por terras que já eram suas por direito.

Diante de tão bela apresentação, muitos presentes ao olharem para a faixa com os dizeres "OZIEL VIVE E VERÁS QUE UM FILHO SEU NÃO FOGE A LUTA" se emocionaram.

"O guerreiro Oziel Gabriel de 36 anos, será eternamente lembrado pelos povos indígenas, pois através de tamanha perda, foi mudado o rumo das negociações de nossas terras" finalizou um dos irmãos "Gabriel" presentes no desfile.



A ditadura anti-indígena no Congresso

SÍTIO ADITAL, 04.09.2013

Egon Dionísio Heck
Adital



Com relação ao roubo da relatoria do projeto da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, cuja relatoria estava com a deputada Janete Capiberibe, o deputado Goergen-PP-RS assim se justificou:

— "Agora, mesmo que eu não tivesse consultado, regimentalmente posso fazer isso (destituir qualquer relator e avocar para si a relatoria). Como presidente da comissão, tenho a condição e poderes para designar e retirar depois. É competência do presidente. É meio ditatorial, mas é assim. Nomeio e desnomeio. Chega a ser grosseiro".(O Globo 27/08/13)

Na verdade essa é apenas uma manifestação da bancada anti-indígena no Congresso. Eles exigem, por exemplo, a instalação da comissão especial que irá agilizar a aprovação da PEC 215. Essa ação contra os direitos indígenas está prevista para o dia 4 de setembro.

Vejamos perolas de Goergen: "Não sou contra a política indigenista, mas não há mais terra para índios". Já disse que no Brasil se produz "índios de carteirinha" e que "quem quiser virar índio, vira". Goergen é um dos autores da criação da CPI da Funai.

Esse comportamento denota, como nos tempos da ditadura, a descarada postura anti-indígena da bancada ruralista, e os que com eles comungam o mesmo ideário.

Já a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA anunciou, em Esteio-RS, que apresentará dia 2, segunda feira "projeto de lei determinando que as áreas invadidas não possam ser demarcadas nos próximos três anos subsequentes" (CNA, 30/08/13).

Sugerimos à zelosa senadora, que ao invés de gastar seus neurônios com projetos inconstitucionais, comece com um projeto legal e justo nos seguintes termos "Sejam anulados todos os títulos de propriedade resultantes de invasão de terras indígenas pelo agronegócio". Assim estaria não apenas promovendo a segurança jurídica; mas, fazendo justiça aos primeiros habitantes do país.

CONT.



Declaração de Guerra

O senador Roberto Requião, do Paraná, ousou fazer da tribuna do Senado um inflamado discurso de denúncia da guerra permanente contra os povos indígenas, desde a Carta Régia de 1808. (11/06/13). Hoje a guerra continua na negação da terra, nos projetos de Lei visando o saque dos recursos naturais e a paralisação das demarcações, levando a decisão sobre as terras indígenas para o Parlamento. Na defesa intransigente dos direitos indígenas, referiu-se aos índios ameaçados e vítimas de violência. Fez referência às lutas de D. Tomás, D. Pedro e ao Cimi, pela sua incansável luta pelos direitos desses povos.

Nada parece ser casual. O livro de Alceu Luis Castilho "Partido da Terra: Como os Políticos Conquistaram o Território Brasileiro", revela que os políticos são os maiores latifundiários do Brasil "O número comprovado desses bens -que pode ser maior que o declarado- coloca 2 milhões de hectares nas mãos de políticos em mandatos municipais, estaduais e federais. A informação passada ao TSE designa-se apenas ao valor do terreno, não à sua área total. Por isso, segundo o autor, o montante pode ultrapassar 4 milhões de hectares, território pertencente a um grupo de 13 mil".

Entre os políticos eleitos no último pleito, os senadores são os maiores proprietários rurais do país. "A média de hectares por senador impressiona; são quase mil hectares (973) para cada um. Precisaríamos de vários planetas para que cada brasileiro possuísse a mesma quantidade de terras", explica.

Mobilização Indígena

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB está construindo uma ampla mobilização em defesa da Constituição Federal, que estará completando 25 anos no próximo dia 5 de outubro. Neste momento de graves ataques aos direitos constitucionais indígenas, convoca os 305 povos indígenas e seus aliados para manifestações pelo cumprimento das leis, em especial a urgente demarcação das terras indígenas.

As mobilizações em Brasília e nas regiões estão previstas para 30 deste mês a 5 de outubro.

Povo Guarani Grande Povo
Cimi Brasília, 1 de setembro de 2013.



Debate sobre efetivação de direitos marca o último dia do encontro de professores indígenas e quilombolas de Pernambuco

SÍTIO CEDEFES, 04.09.2013

Como garantir o direito à educação escolar diante das particularidades culturais e históricas de populações que lutam por construir a sua própria autonomia? Foi a questão norteadora da mesa redonda "Tirando o direito do papel: educação escolar indígena e quilombola de Pernambuco", ocorrida nesta sexta-feira (30), no campus Petrolina da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Promovido pelo Grupo Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Interculturalidade e Sociedades Sertanejas do IF Sertão-PE (Gmepeis Sertões), em parceria com o programa "Minoria Quem", o debate foi transmitido ao vivo pela TV Caatinga e marcou o último dia do encontro de professores indígenas e quilombolas de Pernambuco.

Para expor as especificidades da educação escolar indígena e quilombola, e os desafios em efetivar os direitos conquistados, foram convidadas as professoras Márcia Nascimento, integrante do Núcleo de Educação da Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (Ceaq/PE), Edilene Bezerra, participante da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (Copipe), Eliana de Barros, docente do colegiado de Ciências Sociais da Univasf, e Fabiana Bezerra, representante da pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Univasf.

Márcia falou sobre o processo de resistência à colonização europeia que deu origem aos primeiros quilombos. "Atualmente, com mais de cinco mil comunidades quilombolas espelhadas pelo país, a gente quer que as políticas sejam construídas com a nossa participação", declarou. Segundo ela, o Brasil vivencia dois processos: efetivação/implementação dos direitos conquistados e manutenção das leis.

"A nossa legislação é uma das melhores. O que está faltando é tirar do papel, colocar na prática", lembrou Edilene. Representante dos povos indígenas no Fórum Nacional de Educação, ela explicou como a educação escolar foi introduzida nas aldeias pelos padres jesuítas. "Na época, tinha a intenção de integrar os índios à sociedade nacional. Hoje estamos reconstruindo e reelaborando nossa cultura. Somos mais de 300 povos que falam 274 línguas".

Já a professora Eliana chamou a atenção para os processos de luta que garantiram algumas conquistas às populações. Entre os destaques, a Constituição Federal de 1988, que assegura a autonomia, livre determinação e direito coletivo sobre a terra. "Falar em efetivação só é possível quando esse direito é interculturalmente construído. Para isso, o diálogo com as comunidades precisa ser amplo", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2013

Brasília, 05 de setembro de 2013.

A última convidada da mesa redonda, Fabiana, destacou que mais do que material, é preciso assegurar a permanência simbólica das populações indígenas e quilombolas na universidade. "Que isso seja cotidianamente discutido dentro das salas e o saber de cada um possa ser compartilhado por todos. Como dizem, 'nada sobre nós sem nós'", ressaltou ela.

O público participou ativamente do debate, com comentários e questões dirigidas às convidadas

Balanço

De acordo com a coordenadora do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em "Desenvolvimento Curricular e Educação Intercultural Descolonizante", professora Edivânia Granja, além da visibilidade dada aos povos indígenas e quilombolas, os três dias de encontro firmaram alguns compromissos. "No mês de outubro haverá outro momento com representantes dos governos do Estado e Federal para que indígenas e quilombolas façam parte da implementação das políticas públicas", afirmou ela.

Das reuniões entre representantes da Copipe e do Ceaq com os reitores do IF Sertão-PE e da Univasf, ocorridas na tarde da última quinta-feira (29), resultaram o compromisso do Instituto em ampliar políticas destinadas a indígenas e quilombolas e a criação de um grupo de trabalho na Univasf com o objetivo de atender a essas populações.

Reunião de representantes da Copipe e do Ceaq com o reitor do IF Sertão-PE, Rildo Diniz

"Foi uma semana bem positiva, dias muito produtivos e que vão fluir resultados", sintetizou Edilene. Para Márcia, vir a Petrolina teve dois objetivos: estudar interculturalidade e contatar o poder público, institutos e universidades. "A partir de agora, temos traçado um caminho importante para garantir nossos direitos de forma qualificada", revelou ela.

Segundo Edivânia, o curso de especialização deverá ser ofertado no campus Floresta do IF Sertão-PE, a partir do segundo semestre de 2014. Até lá, haverá dois encontros ainda este ano (em outubro e dezembro) e, no primeiro semestre do ano que vem, será finalizada a proposta curricular.

Por: Luís Osete
Assessoria de Comunicação



Prefeitura de Dourados entrega 6 camionetes para saúde indígena

SÍTIO DOURADOS NEWS, 04.09.2013

Serão entregues nesta quinta-feira pela Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Saúde as seis caminhonetes para atendimento à saúde indígena. A cerimônia será às 13h30 no NAM (Núcleo de Atividades Múltiplas) da aldeia Jaguapiru, com a presença de vereadores, secretários e líderes comunitários.

Os veículos modelo Amarok 4x4 foram comprados com recursos próprios da prefeitura. O investimento é de R\$ 105.100 cada, totalizando R\$ 630.600. A aquisição atende ao cumprimento de um termo de pactuação firmado entre o município e a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), órgão que vai receber as caminhonetes.

A finalidade é assegurar o acesso à integralidade do cuidado à saúde dos índios. "Estes veículos vão facilitar o atendimento às comunidades indígenas, conforme a determinação do prefeito Murilo, que é a melhoria do atendimento a toda população", afirmou o secretário de Saúde Sebastião Nogueira. A Sesai será o órgão responsável por administrar o uso dos veículos.